

# **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA**

## **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 218, DE 2011 (MENSAGEM Nº 712/2010)**

Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o governo da República da Guiana sobre Isenção Parcial de Vistos, assinado em Bonfim, em 14 de setembro de 2009.

**Autora:** COMISSÃO DE RELAÇÕES  
EXTERIORES E DE DEFESA  
NACIONAL

**Relatora:** Deputada REBECCA GARCIA

### **I – RELATÓRIO**

Por ocasião da apreciação da Mensagem nº 712, de 2010, encaminhada a esta Casa pelo Presidente da República, a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional elaborou o Projeto de Decreto Legislativo em análise que aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o governo da República da Guiana sobre Isenção Parcial de Vistos, assinado em Bonfim, em 14 de setembro de 2009.

A referida proposição estabelece, ainda, no parágrafo único, que os atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional.

Na Exposição de Motivos o então chanceler Celso Amorim esclarece que, nos termos do Acordo, “os nacionais de qualquer das Partes portadores de passaportes comuns válidos estarão isentos de visto para

entrar, transitar, permanecer e sair do território da outra Parte, para fins de negócios, por um período de até 90 (noventa) dias até o máximo de 180 (cento e oitenta) dias por ano, contados a partir da data da primeira entrada.”

De acordo, ainda com a EM, o Acordo aqui analisado contribuirá para fortalecer os laços de amizade e cooperação entre os dois países por meio da facilitação das viagens de portadores dos referidos passaportes entre seus territórios.

A matéria é de competência do Plenário e tramita em regime de urgência (RI, art. 151, I, j).

É o relatório.

## **II – VOTO DA RELATORA**

Conforme determina o art. 32, IV, *a* e *i* em consonância com o art. 139, II, *c*, todos do Regimento Interno desta Casa, compete à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania se manifestar acerca da constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito do Projeto de Decreto Legislativo nº 59, de 2011.

O art. 84, VIII, da Constituição Federal, outorga competência ao Presidente da República para celebrar tratados, convenções e atos internacionais, ressalvando sempre o referendo do Congresso Nacional. Já o art. 49, I, da mesma Carta Política nos diz que é da competência exclusiva do Congresso Nacional resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais.

Assim sendo, está na competência do Poder Executivo assinar o presente Acordo, bem como compete ao Congresso Nacional sobre ele decidir, sendo o projeto de decreto legislativo a proposição adequada.

Nenhum óbice foi encontrado na proposição legislativa e no texto do Acordo em análise. Ambos se encontram em consonância com as disposições constitucionais vigentes, em especial com o disposto no art. 4º, inciso IX, da Lei Maior, que enuncia entre os princípios da República Federativa

do Brasil, o princípio da cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.

De outra parte, o projeto de decreto legislativo ora examinado é bem escrito e respeita a boa técnica legislativa.

No que se refere ao mérito, o Acordo em apreço nos parece salutar, na medida em que ao dispensar, com as devidas cautelas, a necessidade de visto entre Brasil e Guiana, contribui para o estreitamento das relações entre ambos os países, incentivando o movimento entre as fronteiras de pessoas com os mais diversos fins: turismo, lazer e negócios.

Isto posto, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade, pela boa técnica legislativa do Projeto de Decreto Legislativo nº 218, de 2011, e, no mérito, pela sua aprovação.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2011.

Deputada REBECCA GARCIA  
Relatora